



RELATÓRIO DA GESTÃO

práticas de mercado, buscando constantemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, da responsabilidade na condução dos negócios.

O ano de 2018 foi marcado pelo avanço das exigências legais em relação à gestão dos riscos de segurança da informação e da proteção de dados, destacando-se a publicação da Resolução 4.658/18 e da Lei 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados. Entendendo fundamental a garantia da segurança das transações e das informações de seus cooperados o Sistema UNICRED realizou no ano de 2018 um reposicionamento e consequente crescimento da área de Segurança da Informação e Prevenção a Fraudes, com o objetivo de fortalecer seus controles e ações preventivas em relação a fraudes.

O ano de 2018 também foi marcado pela evolução dos processos de gerenciamento de riscos e de capital, com a entrada em vigor das Resoluções 4.557/17 e 4.606/17, que estabeleceram a condução de forma integrada ao gerenciamento de riscos, considerando os efeitos adversos das interações entre os riscos. Além disso, por

aplicarem a regra de proporcionalidade estabelecida na Resolução 4.553/17, tais normativos permitiram que instituições tivessem controles compatíveis com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações, proporcionando equilíbrio entre a simplificação e a prudência, sem que fossem oneradas excessivamente com o custo de observância.

Em linha com a legislação, o Sistema UNICRED revisou suas políticas de gerenciamento de risco e de capital, implantou o gerenciamento integrado de riscos, elaborou a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), fortaleceu o envolvimento do Conselho de Administração em assuntos relacionados à gestão de riscos, com a implantação e reporte de novos indicadores e testes de sensibilidade, consolidando seu compromisso com as boas práticas de gestão de riscos e de capital.

CÓDIGO DE ÉTICA

No ano de 2018 foi realizada a revisão e atualização do Código de Ética do Sistema UNICRED, sendo proporcionado treinamento de seu conteúdo aos funcionários da UNICRED do Brasil.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa contratada para a prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não realizou quaisquer outros serviços à UNICRED do Brasil.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da UNICRED do Brasil discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Administração da UNICRED do Brasil, agradece aos cooperados e fornecedores o indissociável apoio e confiança depositada, assim como aos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019
A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

BALANÇOS PATRIMONIAIS		2018		2017	
Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Ativo					
Circulante	445.103	670.730			
Disponibilidades	3	225	4	225	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	42.547	27.065	42.547	27.065
Títulos e valores mobiliários	5	399.123	641.253	399.123	641.253
Relações interfinanceiras		1		1	
Outros créditos	6	3.037	2.178	3.037	2.178
Outros valores e bens		169	229	169	229
Não circulante	28.067	26.474			
Outros créditos	6	226	112	226	112
Investimentos	7	7	5	7	5
Imobilização de uso	8	10.096	7.676	10.096	7.676
Intangível	9	17.745	18.681	17.745	18.681
Total do ativo	473.170	697.204			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil ("UNICRED do Brasil" ou "Confederação"), foi constituída por Cooperativas Centrais e integrantes do Sistema UNICRED em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede, administração e foro na cidade de São Paulo/SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar, coordenar, organizar e executar as atividades das filiadas, nos casos em que o vultu dos empreendimentos transceder o âmbito de sua capacidade ou convernência de atuação das suas associadas. O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos está descrito na nota 24.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram por ela aprovadas em 27 de fevereiro de 2019. **b. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados. **b.1 Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2 Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários livres. **b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, sendo atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, e ajustados aos respectivos valores de mercado. As aplicações em cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Fintechs de Mercado Financeiro e de Capitais - ABNIMA, e as aplicações em letras financeiras são avaliadas com base nos spreads de cada emissão. Estes spreads são calculados com base nas taxas médias negociadas no dia, conforme aplicável.

b.5 Devedores por depósitos em garantia: Seja por determinação judicial ou espontaneamente da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. **b.6 Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7 Imobilizado de Uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8 Intangível:** demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9 Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). **b.10 Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores contábeis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.12 Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.13 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando a existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação de certas ações e ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão ou divulgação. **b.14 Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **b.15 Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Confederação optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens excepcionais, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais. **b.16 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária, e as aliquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	226	4
Caixa e depósitos bancários	226	4

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	24.758
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	—	2.307
Letras do Tesouro Nacional (NTN)	42.547	—
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	42.547	27.065

As Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e são lastro de operações compromissadas, podendo ser negociadas a qualquer momento. Foram adquiridas em dezembro de 2018, emissões entre julho de 2017 e junho de 2018 com vencimentos entre outubro de 2019 e julho de 2022. As operações compromissadas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratadas em cada operação. No exercício de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez foram remuneradas à taxa média de 100% do CDI no montante de R\$ 5.948 (R\$ 10.336 em 2017).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição por tipo de aplicação

Descrição	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro LFT	201.492	340.457
Letra Financeira - privado	8.690	8.138
Cotas de fundos de Investimento	188.941	292.658
Manitidos para negociação	399.123	641.253

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem seus vencimentos finais entre os períodos de 2019 a 2022, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas na categoria "Manitidos para negociação". As cotas de fundos de investimentos referem-se aos fundos, BB FI RF Crédito Privado Sistema UNICRED e BB FICFI Curto Prazo Corporativo 600 MIL, administrados por uma instituição financeira de primeira linha. De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. No exercício de 2018, foram registrados os rendimentos em resultado com títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 28.357 (R\$ 45.932 em 2017).

6. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2018	2017
Rendas a receber	77	68
Adiantamentos salariais	146	134
Adiantamentos efetuados	7	10
Valores a receber singulares	337	409
Valores a receber das Cooperativas Centrais	167	117
Impostos e contribuições a recuperar	1.462	1.437
Pagamento a ressarcir	218	—
Licença de uso	241	—
Serça	369	—
Devedores por depósito em garantia	226	112
Devedores diversos países	13	3
3.037	226	2.178

7. INVESTIMENTOS

Descrição	2018	2017
Participação coligadas e controladas	—	5

FERNANDO AURÉLIO FAGUNDES DA MOTTA
Diretor Executivo - CPF 713.810.317-49

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Nota	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira	15.723	34.305	15.723	34.305
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.484	5.948	10.336
Títulos e valores mobiliários	5	12.239	28.357	45.932
Dispêndios da intermediação financeira	(14.665)	(31.871)	(14.665)	(31.871)
Operações de captação no mercado	11	(14.699)	(31.872)	(52.340)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		34	1	(2)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.058	2.434	1.058	2.434
Outros (dispêndios)	(5.034)	(3.484)	(5.034)	(3.484)
Ingressos operacionais	14	2.422	4.855	10.611
Despesas operacionais	15	(23.813)	(46.408)	(43.244)
Despesas tributárias		(40)	(90)	(184)
Outros dispêndios administrativos	16	(21.639)	(36.642)	(32.215)
Outros dispêndios operacionais	17	(363)	(2.177)	(2.971)
Outros ingressos operacionais	18	38.399	76.978	73.152
Resultado operacional	(3.976)	(1.050)	(3.976)	(1.050)
Resultado não operacional	31	44	31	44
Resultado antes da tributação	(3.945)	(1.006)	(3.945)	(1.006)
Imposto de renda e contribuição social		(20)	(69)	(862)
Sobra líquida(perda) do semestre/exercício	(3.965)	(1.075)	(3.965)	(1.075)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

frente a eventuais perdas com processos trabalhista, com depósito judicial. A Administração da Confederação, constituiu provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de despechos desfavoráveis nas ações. As provisões e os depósitos em garantia estão assim resumidos:

Natureza	2018		2017	
	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia	Valor da provisão constituída	Valor dos depósitos em garantia
PIS	13	13	12	12
COFINS	72	72	68	68
Outros	504	26	628	13
Trabalhistas	2.011	115	638	19
Cível	13.780	—	—	—
16.380	226	1.346	112	—

A provisão teve a seguinte movimentação no exercício:

Fiscal	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	703	—	703
Atualização durante o exercício	241	1.830	2.071
Reversão de Provisão	(236)	(1.192)	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	708	638	1.346
Provisão durante o exercício	—	2.01	13.420
Atualização durante o exercício	40	—	360
Provisões utilizadas durante o exercício	—	(579)	(579)
Reversão de Provisão	(158)	(66)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	590	2.010	13.780

A provisão de R\$13.420 de natureza cível refere-se a reclassificação contábil das aplicações financeiras do fundo garantidor do Sistema UNICRED de uma Cooperativa desfilida, a qual está em discussão na esfera judicial. A Confederação é ré em vinte e uma ações de natureza cível (vinte e uma em 2017) com valor de causa total de R\$ 1.679 (R\$ 2.058 em 2017) e seis ações de natureza trabalhista (cinco ações em 2017), com valor de causa total de R\$ 646 (R\$ 355 em 2017) em 31 de dezembro de 2017. A Administração da Confederação decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda possível, mas não provável, não registrar qualquer provisão para contingências em face desses assuntos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: É representado pelas integralizações de capital social de quatro centas no valor de R\$ 37.308 em 31 de dezembro de 2018 e 2017. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. **b. Reserva legal e FATES:** Das sobras apuradas no fim do exercício, conforme Estatuto Social, é destinado: * 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Confederação; * 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado com exigibilidade. * Resultado do ato não cooperativo destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) atendendo a norma técnica e registrado com exigibilidade. **c. Reserva de expansão:** A reserva de expansão foi aprovada pela diretoria da Confederação na AGO de 2018 com o saldo das sobras do exercício de 2017, tem como finalidade a expansão e o desenvolvimento do Sistema UNICRED, principalmente nas inovações tecnológicas para acompanhar o sistema financeiro nacional e a expansão dos negócios das agências do sistema. **d. Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foram aprovadas as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2017, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido. Foi deliberada a destinação das sobras no valor total de R\$ 5.973, para Reserva de Expansão. As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (F.A.T.E.S) é registrado com exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. As sobras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim compostas:

Destinações estatutárias:	2018	2017
Sobras líquidas do primeiro semestre	2.890	3.451
Sobra/(perdas) do segundo semestre	(3.965)	4.758
Sobras/(perdas) do exercício	(1.075)	8.209
Fundo de reserva legal	—	(702)
Fundo reserva de expansão	4.057	—
FATES - ato cooperativo	—	(351)
FATES - ato não cooperativo	(216)	(1.873)
Sobras líquidas a disposição da AGO	2.766	5.133

As destinações acima demonstradas foram apropriadas às respectivas contas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e serão submetidas para revisão e aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). No exercício de 2018 foram revertidos da reserva de expansão para sobras acumuladas o valor de R\$ 4.057 valores registrado em despesas e utilizado nos projetos de expansão do Sistema UNICRED, conforme aprovação na AGO de 2018, projetos de inovação tecnológica para acompanhar o mercado financeiro.

14. INGRESSOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre	Exercício	2017
Rendas serviços	519	1.184	7.290
Rendas de compensação	1.903	3.671	3.321
2.422	4.855	10.611	

15. DISPÊNDIOS COM PESSOAL E HONORÁRIOS

Descrição	2º semestre	Exercício	2017
Dispêndios com honorários	(1.067)	(1.931)	(1.780)
Dispêndios com benefícios	(3.338)	(6.579)	(6.033)
Dispêndios com encargos	(5.028)	(9.840)	(9.157)
Dispêndios com proventos	(14.210)	(27.816)	(25.968)
Dispêndios com treinamento	(122)	(162)	(263)
Dispêndios com Remuneração Estagiário	(48)	(80)	(142)
(23.813)	(46.408)	(43.244)	

16. OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

Descrição	2º semestre	Exercício	2017
Dispêndios com serviços	(2.626)	(4.518)	(5.413)
Dispêndios com aluguéis e condomínios	(1.126)	(2.211)	(1.752)
Dispêndios de comunicação, promoções e publicidade			



—☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da **Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil**

São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil ("Confederação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais UNICRED Ltda. - UNICRED do Brasil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Confederação,

de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Confederação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Confederação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Confederação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Confederação a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6
Dario Ramos da Cunha
Contador - CRC - 1SP214144/O-1